

Análise da situação dos presos provisórios

- Análise junto às Defensorias Públicas de realização de “Força Tarefa de Defensores Públicos Brasileiros”, para análise dos processos das pessoas presas provisoriamente pela prática de crimes sem violência ou grave ameaça, salvo porte ilegal de arma e crimes de corrupção (por exemplo: peculato, concussão, corrupção ativa e passiva etc), com a realização de convênio entre o MJC – que arcaria com os custos de deslocamentos e diárias - e as Defensorias, que indicariam seus membros para a realização do trabalho.

Análise da situação dos presos provisórios

- Análise junto ao Poder Judiciário de “Mutirão de Audiência de Custódia”, para análise dos processos das pessoas presas provisoriamente pela prática de crimes sem violência ou grave ameaça, salvo porte ilegal de arma e crimes de corrupção (por exemplo: peculato, concussão, corrupção ativa e passiva etc). Caso seja viável por parte do Poder Judiciário, nas hipóteses em que o juiz competente conceder a liberdade provisória, o MJC colocará a sua disposição “monitoramento eletrônico – tornozeleiras”, e programas de inclusão social do MJC, tais como acompanhamento individualizado com a presença de um articulador para cada 20 pessoas (Programa Redes - SENAD) e encaminhamento a curso profissionalizante (DEPEN e SPM).